

Enfrentar o déficit, o desafio

por José Casado
de São Paulo

O economista Marcos Fonseca, secretário da Fazenda de São Paulo — o estado mais rico da Federação — encontra-se diante de um dos maiores desafios de sua carreira: evitar que o déficit orçamentário de 1986 triplique em relação à média dos últimos dois anos, situada no patamar de 3% da receita global em impostos.

O problema de Fonseca tem origem no plano de estabilização da economia nacional e é comum à maioria dos secretários de Fazenda estaduais. É uma equação financeira para a qual só existe uma solução, de caráter essencialmente político, até agora protelada pelos governantes estaduais: cortar despesas de

custeio, que vão desde pessoal até desapropriações para obras.

Para os estados, como é o caso de São Paulo, a reforma monetária tem faceta dupla. Por um lado, há um reforço de "caixa" com tributos em moeda constante e uma garantia de crescimento em termos reais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), a principal fonte de arrecadação. No exemplo paulista, isso é significativo, pois o aumento previsto (10% reais em ICM) ocorrerá sobre uma base elevada (19% a mais, no ano passado).

POUCO ESPAÇO

Mas a questão relevante para secretários como Fonseca é que, agora, existe pouco espaço para o uso de artifícios financeiros, que nos últimos dois anos, por exemplo, permitiram a seu antecessor, o atual ministro do Planejamento, João Sayad, reduzir de 9 para 3% da receita total o déficit orçamentário paulista, enquanto cresciam as despe-

sas de custeio — sobretudo as de pessoal.

Na época da inflação galopante, as Fazendas estaduais exerciam todos os instrumentos financeiros que lhes eram disponíveis na condição de beneficiárias do processo inflacionário, ao lado do sistema financeiro. Uma elevação no item "custeio", por exemplo, podia ser equacionada no curto prazo com uma administração mais eficiente do nível de endividamento mobiliário ou com "ganhos" sobre a rolagem da dívida externa do estado.

LIMITE DO APERTO

O problema, agora, é que o espaço para esses tipos de menobra administrativa encolheu, na mesma medida em que está encolhendo o setor financeiro. No caso paulista, já não há sequer maior margem para usufruir uma fiscalização tributária mais intensiva, pois a própria Fazenda estadual reconhece que chegou ao limite ideal de

"aperto" fiscal, nos últimos três anos.

Sem a tradicional "linha de retirada" para o mercado financeiro, o Estado de São Paulo sente o outro impacto da reforma monetária — o aumento da folha de pagamento nas administrações direta e indireta.

O secretário da Fazenda acordou no dia 28 de fevereiro último, o dia D da reforma, fazendo contas: os funcionários públicos paulistas já haviam recebido um abono de 20% no último

trimestre do ano passado e pelo decreto presidencial ganhavam mais 8%, obtendo um crescimento real de 7,6% nos seus salários, a partir do dia 1º de março deste ano. Significa que para cobrir a folha de pessoal antes usava-se 75% da receita do ICM. Agora serão necessários 85%. Com o que sobrar é que o governo terá de viver; ou seja, outra vez, não existem recursos para os projetos engavetados pela recessão de 1980-1984.